

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001/2026

PROCESSO Nº 037/2026

ENTREGAS DE ENVELOPE: 26/05/2026 ATÉ O DIA 15/06/2026

DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 17/06/2026 ÀS 10:30 (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, ou de suas organizações, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para suprir as necessidades da rede pública municipal de ensino, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Chamada Pública nº 001/2026, para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme §1º do art.14 da Lei nº 11.947/2009 e Resoluções do FNDE relativas ao PNAE.

A Prefeitura Municipal de Borba/AM, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. 13 de Maio, Nº 108 - Centro, inscrita no CNPJ sob n. 04.477.568/0001-59, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor Raimundo Santana De Freitas, no uso de suas atribuições legais e considerando a legislação do FNDE, Lei Federal nº 11.947/2009, Lei nº 11.326/2006, regulamentada pela Resolução FNDE/CD/FNDE nº 06/2020, Resolução Nº 2/2024, e atual Lei nº 14.133/2021 e demais disposições legais pertinentes, através da Secretaria Municipal de Educação, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando CHAMADA PÚBLICA, com base no art. 14, caput e §1º, da Lei n. 11.947/09, para a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante o período de fevereiro a dezembro de 2026, com a finalidade de apresentar Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação escolar e habilitação dos fornecedores.

1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

- 1.1.**A presente Chamamento Público tem por finalidade a Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, ou de suas organizações, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para suprir as necessidades da rede pública municipal de ensino, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste edital e seus anexos
- 1.2.**A seleção das propostas visa à celebração de parceria entre o Município de Borba, por meio da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, e os fornecedores da Agricultura Familiar, conforme previsto no art. 14, caput e §1º da Lei Federal nº 11.947/2009, regulamentada pelas Resoluções do FNDE, em especial a Resolução FNDE/CD/FNDE nº 06/2020 e a Resolução nº 2/2024, bem como em conformidade com a Lei nº 11.326/2006 e a Lei nº 14.133/2021.
- 1.3.**A presente Chamada Pública nº 001/2026 tem como objetivo garantir o atendimento da alimentação escolar durante o período de 1 (um) ano, promovendo a aquisição direta de produtos oriundos da Agricultura Familiar, respeitando a legislação vigente, incentivando o desenvolvimento local e assegurando a oferta de alimentação saudável e adequada aos estudantes.

2. OBJETO DA PARCERIA

2.1.O Objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, ou de suas organizações, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para suprir as necessidades da rede pública municipal de ensino, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste edital e seus anexos

3. DOS ITENS

3.1.Objetivos específicos da parceria:

- a) O presente Chamamento Público tem por finalidade selecionar proposta dos agricultores, com vistas à celebração de Termo de Contrato com o Município de Borba/AM, por meio da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, para operacionalizar a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores, destinados à alimentação escolar dos estudantes pertencentes a essas comunidades, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
- b) A parceria visa garantir o fornecimento regular, qualificado e adequado desses alimentos, respeitando a diversidade sociocultural e produtiva dos agricultores conforme estabelece o art. 14 da Lei Federal nº 11.947/2009, a Lei nº 11.326/2006, as Resoluções vigentes do FNDE, em especial a Resolução FNDE/CD/FNDE nº 06/2020 e Resolução nº 2/2024, além da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
- c) A presente Chamada Pública nº 001/2026 busca, assim, fortalecer a inclusão socioeconômica dos agricultores familiares, promovendo o desenvolvimento local e sustentável, ao mesmo tempo em que assegura o direito à alimentação escolar saudável, adequada e de qualidade aos alunos da rede pública de ensino do Município de Borba, no período de 1 (um) ano a contar a partir da assinatura de contrato.

4. DAS DATAS, HORÁRIOS E LOCAL DOS EVENTOS:

4.1.Período de divulgação da Chamada Pública: de **XX/XX/2026 ATÉ O DIA XX/XX/2026**

4.2.Entrega dos Envelopes e Abertura da Sessão: Até o dia XX/XX/2026, às 10h30 (horário de Brasília)

4.3.Local: Av Amazonas, S/N, Cristo Rei, Cep: 69200-000.

5. DOS PREÇOS

5.1.Na pesquisa de preço na medida do possível, deve-se seguir o regido no art. 31 da Resolução FNDE nº 06/2020, e suas alterações;

5.2.A média de preço definida pela Entidade Executora, no edital de compras, será o preço pago por item/produto ao fornecedor da agricultura familiar pela venda dos gêneros alimentícios, inserido no projeto de venda/ proposta, no contrato e na nota fiscal.

5.3.Na pesquisa de preço **NÃO** devem ser considerados os preços de sites governamentais, conforme prescrito no § 6º, art. 28, da Resolução FNDE nº 06/2020.

5.4.Limite máximo de venda por DAP e/ou CAF ou NIS, por ano civil, por Entidade Executora (EEX)

5.5.O limite individual de venda de agricultura familiar será de **até 40.000,00 (quarenta mil reais)** por DAP/CAF por ano civil, referente a sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

5.6.A forma de controle do limite de venda deverá ser definida pela Entidade Executora (EEX) juntamente com representante do Controle de Alimentação Escolar (CAE), e demais atores sociais, nos termos do art. 44, da Resolução CD/FNDE nº 06/2020, que remete ao art. 19 da Lei 11.947/2009.

6. FONTE DO RECURSO

6.1.O recurso financeiro a ser utilizado nesse processo de compra pública será exclusivamente aquele repassado pelo FNDE, no âmbito do PNAE.

6.2.Os recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, devem ser utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios. A aquisição de qualquer item ou serviço, com exceção dos gêneros alimentícios, deverá estar desvinculada do processo de compra do PNAE.

7. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

7.1.Para a habilitação nesta Chamada Pública, o **FORNECEDOR INDIVIDUAL (não organizado em grupo)** deverão entregar à Secretaria de Educação, os seguintes documentos:

- a) Cópia do RG e CPF;
- b) Carteira ou extrato da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) ou CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), em nome do agricultor familiar participante e dentro do prazo de validade;
- c) Prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas (Anexo V);
- d) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, conforme relacionado no Projeto de Venda (Anexo IV);
- e) Comprovante de endereço atualizado;
- f) Dados bancários (conta corrente em nome do fornecedor);
- g) Projeto de Venda / Proposta de Preços (Anexo VI).

7.2.Para a habilitação nesta Chamada Pública, os **GRUPOS INFORMAIS de Agricultores Familiares** deverão entregar à Secretaria de Educação, os seguintes documentos:

- a) Cópia do RG e CPF;
- b) Carteira ou Extrato da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) /CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) Física do agricultor familiar participante;
- c) Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante;
- d) Prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas - Anexo V
- e) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda; - Anexo IV

- f) Comprovante de endereço;
- g) Conta Bancária;
- h) Projeto de Venda / Proposta de Preços – Anexo VI

7.3. Para a habilitação nesta Chamada Pública, GRUPOS FORMAIS da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações deverão entregar os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP;
- c) Cópias das certidões negativas de débitos junto ao Município, Estadual, Dívida Ativa da União, FGTS e Trabalhista;
- d) Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;
- e) Prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas. (Anexo V)
- f) **Declaração** de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados relacionados no projeto de venda. (Anexo IV)
- g) **Declaração** do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados

7.4. Estarão impedidos de participar de qualquer fase da chamada pública os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s), ou ainda legislação específica ao objeto ora contratado;
- b) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- c) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) Agente público do Município de Borba;
- e) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- f) Empresa sob falência, que se encontra sob concurso de credores, em dissolução, em liquidação, ou em recuperação judicial e/ou extrajudicial, que não apresente, durante a fase de habilitação, Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do

atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeiros estabelecidos neste edital;

- g) Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes da Prefeitura Municipal de Borba.

8. PROJETO DE VENDA / PROPOSTA

- 8.1. Os Fornecedores Individuais, Grupos Informais ou Grupos Formais deverão apresentar o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar conforme Anexo VI deste Edital, baseado no modelo da Resolução FNDE n.º 6/2020, dentro do envelope de Habilitação conforme disposto no item 2.4 deste Edital.
- 8.2. Os fornecedores da Agricultura Familiar poderão, no projeto de venda, apresentar quantitativo igual ou menor de cada item para fornecimento.
- 8.3. Os projetos de venda deverão ser analisados em sessão pública registrada em ata.
- 8.4. Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e n.º da DAP ou CAF Física de cada agricultor familiar fornecedor quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal, e o CNPJ.

9. DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

- 9.1. Será admitido no máximo 01 (um) representante para cada fornecedor da agricultura familiar e com credencial específica, com possibilidade de substituição posterior, apresentada separadamente dos ENVELOPES, por ocasião da abertura deste.
- 9.2. Credencial não é obrigatória, mas somente poderá se manifestar durante reuniões do certame, o representante devidamente credenciado
- 9.3. O(s) projeto(s) de venda a ser(em) contratado(s) será(ão) selecionado(s) conforme critérios estabelecidos pelo art. 35 da Resolução FNDE n.º 6/2020
- 9.4. Na ausência ou desconformidade de qualquer documento constatada na abertura do envelope, poderá ser concedida abertura de prazo para sua regularização de até 5 (cinco) dias, conforme análise da Comissão Julgadora, conforme Artigo 36, §4º, da Resolução/CD/FNDE n. 6 de 8 de maio de 2020.
- 9.5. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente participarão ativamente os proponentes ou representantes credenciados, não sendo permitidas atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.
- 9.6. Verificada a legalidade e adequação da documentação e dos projetos de venda apresentados, a Comissão Permanente de Licitação concluirá os seus serviços consignando em ata própria os proponentes credenciados e remeterá o processo para homologação, após transcorridos os prazos recursais e fase de amostras, se for o caso.

10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

- 10.1. Para priorização das propostas, deverá ser observada a seguinte ordem para seleção:
- 10.1.1. Fornecedores locais do município;
 - 10.1.2. Fornecedores de Região Geográfica Imediata;

10.2. Em caso de empate técnico entre propostas, poderá ser adotado critério de sorteio público, com registro em ata e a presença de representantes dos proponentes, observando-se a transparência e igualdade de condições.

11. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO

11.1. ENTREGA

- 11.1.1 A entrega dos produtos será efetuada na Secretaria Municipal De Educação (SEMED), nas escolas municipais e creches do Município de Borba, o horário de entrega nas unidades escolares deverá ser respeitado, sendo realizado das 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 16h30, de segunda a sexta-feira.
- 11.1.2 Para os produtos hortifrutigranjeiros o horário de entrega será de segunda-feira a sexta-feira das 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 16h30.
- 11.1.3 Os locais de entrega serão definidos conforme a requisição da Secretaria Municipal de Educação, considerando os locais detalhados no Termo de Referência (Anexo I)
- 11.1.4 Os gêneros alimentícios deverão ser entregues isentos de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, parasitas, larvas ou outros animais, umidade externa anormal, odor e sabor estranhos e enfermidades;
- 11.1.5 Os gêneros alimentícios deverão ser entregues devidamente embalados conforme solicitação oportuna da Secretaria Municipal De Educação (SEMED).
- 11.1.6 A embalagem de que trata o item anterior deverá ser de saco plástico de polietileno transparente e não reciclado, ou em monobloco vazado, ou outro material que não represente foco de contaminação.
- 11.1.7 Os fornecedores vencedores e aptos a realizar as entregas, deverão estar de uniforme (calça comprida, camiseta e sapatos fechados), e portar crachá adequado.
- 11.1.8 O nome de identificação da empresa deve estar em local visível, de modo que o responsável da unidade possa reconhecê-la como fornecedor.
- 11.1.9 Verificar no formulário encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação a quantidade do produto a ser fornecido por unidade e no momento da entrega, conferir, acompanhado do responsável da unidade do recebimento dos produtos e coletar sua assinatura.
- 11.1.10 As quantidades de gêneros alimentícios por entrega são previsões, de acordo com o histórico de consumo das escolas. Desta forma, essas quantidades poderão ser alteradas, conforme necessidade das escolas.
- 11.1.11 A entrega será solicitada conforme a necessidade da Instituição/Secretaria interessada através da emissão da Ordem de Compra/instrumento equivalente, a vencedora deverá realizar a entrega no prazo máximo de 48h após o pedido.
- 11.1.12 Em caso de alterações de horários de recebimento, os fornecedores deverão ser comunicados previamente.

11.2. PREÇO

- 11.2.1. O preço de compra dos gêneros alimentícios será baseado de acordo com o preço de mercado e propostas apresentadas pelos proponentes.

- 11.2.2. Na definição dos preços, serão considerados os Preços de Referência praticados no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, sendo o preço médio pesquisado, em âmbito local, dos produtos da Agricultura Familiar.

12. CONTRATAÇÃO

- 12.1. Uma vez declarado vencedor, o Proponente Vendedor deverá assinar o Contrato de fornecimento de gêneros alimentícios que será celebrado entre a Secretaria Municipal de Educação e o Agricultor Familiar.
- 12.2. Os valores a serem pagos aos beneficiários e organizações fornecedores correspondem aos preços de aquisição de cada produto, compatíveis com os vigentes no mercado e discriminados nesta chamada pública.
- 12.3. O limite individual de venda do agricultor familiar para a alimentação escolar deve respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP Familiar/ano/entidade executora.
- 12.4. Não serão aceitos produtos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação, com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na Lei Federal nº 6.437/77 e Crime previsto no código penal, a ser apurado na forma da Lei.

13. PAGAMENTO DAS FATURAS

- 13.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos gêneros alimentícios, por meio de depósito em conta corrente, após a apresentação da nota de entrega (Nota Fiscal), devidamente assinada e atestada pelo setor responsável, com apresentação do Termo de Recebimento da Agricultura Familiar.
- 13.2. Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 13.3. Não serão efetuados pagamentos adiantados, sob qualquer hipótese;
- 13.4. Caso o faturamento apresente alguma incorreção ou divergência de valores, será devolvido para as devidas correções e/ou ajustes e o prazo para pagamento será contado a partir da data de reapresentação do documento fiscal.
- 13.5. Só serão efetuados os pagamentos referentes aos produtos efetivamente entregues.

14. RESPONSABILIDADE DOS FORNECEDORES

- 14.1. Os fornecedores que aderirem a este processo declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias para tanto e que possuem autorização legal para fazer a proposta, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades da legislação civil e penal aplicáveis;
- 14.2. O fornecedor compromete a fornecer os gêneros alimentícios conforme o disposto no padrão de identidade e qualidade estabelecida na legislação vigente e as especificações técnicas elaboradas pelo Departamento de Alimentação Escolar;
- 14.3. O fornecedor compromete-se a fornecer os gêneros alimentícios nos preços estabelecidos nesta chamada pública por um período do fim do contrato.

- 14.4.** O fornecedor compromete-se a fornecer os gêneros alimentícios para as escolas conforme cronograma de entrega definido pela Secretaria Municipal de Educação.
- 14.5.** Caso haja necessidade de substituição de gêneros alimentícios devido a questões climáticas, o fornecedor deverá comunicar, formalmente, o fato à Contratante com 08 (oito) dias de antecedência, e caso haja a concordância da mesma, os alimentos só poderão ser substituídos por outros de valor nutricional semelhante, conforme substituições previstas no Cardápio, desde que seja respeitado o valor total do contrato.

15. DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

- 15.1.** O fornecedor que descumprir as obrigações assumidas neste Edital, no Termo de Referência ou no Contrato ficará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 15.2.** Poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:
- a) Advertência;
 - b) Multa por atraso injustificado na entrega dos produtos;
 - c) Multa por descumprimento parcial ou total das obrigações contratuais;
 - d) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
 - e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente.
- 15.3.** Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas em lei:
- a) Atraso injustificado na entrega dos produtos;
 - b) Entrega de produtos em desacordo com as especificações do Termo de Referência;
 - c) Entrega de produtos impróprios para consumo ou com qualidade inferior;
 - d) Recusa injustificada em substituir produtos rejeitados pela fiscalização;
 - e) Inexecução parcial ou total do contrato;
 - f) Descumprimento das obrigações assumidas no Projeto de Venda e no Contrato.
- 15.4.** As multas eventualmente aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos ao contratado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 15.5.** A aplicação das penalidades observará os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e devido processo legal, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

16. FONTE DE RECURSO

- 16.1. O recurso orçamentário para o atendimento da despesa decorrente da presente chamada será suportado pela seguinte dotação do exercício de 2026.**

TÍTULO: AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO – MERENDA ESCOLAR – (3.3.90.30.07 – MATERIAL DE CONSUMO).

020401 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

12.361.0065.2088.0000 - Manutenção do Programa com Alimentação Escolar - Fundamental.

3.3.90.30.07 - MATERIAL DE CONSUMO

F.R.: 1.500

12.361.0065.2089.0000 - Manutenção do Programa com Alimentação Escolar – Indígena.

3.3.90.30.07 - MATERIAL DE CONSUMO

F.R.: 1.500

12.361.0065.2021.0000 - Manutenção do Programa com Alimentação Escolar – Pré-Escola/Creche.

3.3.90.30.07 - MATERIAL DE CONSUMO

F.R.: 1.500

12.361.0064.2018.0000 - Manutenção do Programa com Alimentação Escolar – EJA.

3.3.90.30.07 - MATERIAL DE CONSUMO

F.R.: 1.500

12.367.0065.2090.0000 - Manutenção do Programa com Alimentação Escolar – AEE.

3.3.90.30.07 - MATERIAL DE CONSUMO

F.R.: 1.500

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. A participação de qualquer proponente Vendedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições, assim como dos seus anexos.
- 17.2. As obrigações do contratante e do contratado são as estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato, bem como em outros itens deste edital.
- 17.3. A publicação será realizada no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Município de Borba/AM, além afixada em mural da prefeitura municipal, para acesso ao público e qualquer outro meio de divulgação que seja necessário.

18. DOS ANEXOS DO EDITAL

18.1. ANEXOS

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II - Modelo de Declaração de limite de DAP/CAF;
- Anexo III - Minuta de contrato;
- Anexo IV - Declaração De Gêneros Alimentícios São De Produção Própria;
- Anexo V - Declaração – Normas higiênico-sanitários previstos em normativas específicas
- Anexo VI - Projeto de Venda/ Proposta de Preço;

19. FORO

- 19.1. A presente Chamada Pública é regulada pelas leis brasileiras, sendo exclusivamente competente o Foro do município de Borba/Am, para conhecer e julgar quaisquer questões dele decorrentes.

Borba/AM, 27 de abril de 2026



JOAO LUCAS DE LIMA LIMA

Matrícula Nº 14382

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

DECRETO Nº 0062/2025 - SEMAP/PMB, DE 17 DE JANEIRO DE 2025



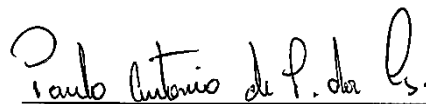
HELTON DOS SANTOS OLIVEIRA

Matrícula Nº 14344

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

DECRETO Nº 0087/2025 - SEMAP/PMB, DE 20 DE JANEIRO DE 2025

De acordo e Aprovo o Edital.



Paulo Antônio de Paula da Cruz

Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 0005/2025, de 01 De janeiro De 2025

ANEXO I

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Órgão Demandante: Prefeitura Municipal de Borba/AM

Secretaria Requisitante: Secretaria Municipal de Educação – SEMED

Programa Vinculado: Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

1. OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, ou de suas organizações, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para suprir as necessidades da rede pública municipal de ensino do Município de Borba/AM, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e demais anexos.

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP foi elaborado em observância ao disposto no art. 18, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, com a finalidade de demonstrar a necessidade da contratação, identificar a solução mais adequada para atendimento do interesse público, analisar a viabilidade técnica e econômica da contratação e subsidiar a elaboração do Termo de Referência e demais documentos da fase preparatória.

A elaboração do presente ETP observa ainda as diretrizes estabelecidas pela legislação específica do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, especialmente a Lei Federal nº 11.947/2009, a Lei nº 11.326/2006, a Resolução FNDE/CD/FNDE nº 06/2020, a Resolução FNDE nº 02/2024, além das disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação decorre da necessidade contínua da Administração Pública Municipal em assegurar o fornecimento regular de alimentação escolar adequada, saudável e nutricionalmente equilibrada aos alunos matriculados na rede pública municipal de ensino de Borba/AM, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

A alimentação escolar constitui política pública essencial à garantia do direito fundamental à educação e à segurança alimentar e nutricional, possuindo relevante função social, pedagógica e de saúde pública, sobretudo em municípios onde parcela significativa dos estudantes depende diretamente da alimentação fornecida pela rede pública de ensino como importante complemento nutricional diário.

A Constituição Federal, em seu art. 208, inciso VII, estabelece como dever do Estado o atendimento ao educando por meio de programas suplementares de alimentação escolar. Nesse contexto, a Administração

Pública possui obrigação legal e institucional de assegurar a continuidade do fornecimento alimentar nas unidades escolares municipais.

A necessidade da contratação encontra respaldo também na Lei Federal nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e determina que os recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE sejam utilizados na aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar.

Além disso, o art. 14 da referida legislação estabelece que, no mínimo, 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou de suas organizações, priorizando-se assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e produtores locais.

Nesse sentido, a contratação não possui apenas finalidade administrativa, mas também relevante caráter social, econômico e nutricional, uma vez que promove simultaneamente:

- O fortalecimento da agricultura familiar;
- O incentivo à economia local;
- A valorização da produção regional;
- O estímulo ao desenvolvimento sustentável;
- A promoção da alimentação saudável;
- E o cumprimento das diretrizes do PNAE.

Conforme informações constantes no Termo de Referência, o Município de Borba/AM atende atualmente aproximadamente 7.494 alunos da rede municipal de ensino, com previsão de fornecimento de duas refeições semanais por estudante, totalizando aproximadamente 14.988 porções semanais.

O planejamento nutricional elaborado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação prevê a inclusão de frutas, verduras, legumes, hortaliças e polpas de frutas regionais no cardápio escolar, observando-se:

- Hábitos alimentares regionais;
- Sazonalidade da produção;
- Diversidade alimentar;
- Valor nutricional;
- Segurança alimentar;
- Aceitabilidade dos alimentos pelos estudantes.

A aquisição dos gêneros alimentícios constantes no Termo de Referência mostra-se imprescindível para garantir a execução adequada do cardápio nutricional escolar, bem como para assegurar o cumprimento das metas nutricionais e legais estabelecidas pelo FNDE.

A ausência da contratação comprometeria diretamente a continuidade do fornecimento da alimentação escolar, podendo ocasionar prejuízos nutricionais aos estudantes, descontinuidade do programa alimentar, descumprimento das obrigações legais do Município e violação às diretrizes do PNAE.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade pública da contratação, sendo esta indispensável à manutenção regular das atividades educacionais e ao atendimento do interesse público primário.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Secretaria Municipal de Educação e às ações permanentes relacionadas à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Trata-se de contratação de natureza contínua e essencial ao funcionamento regular da rede pública municipal de ensino, estando diretamente vinculada às políticas públicas educacionais e de segurança alimentar desenvolvidas pelo Município.

A aquisição possui compatibilidade com:

- O Plano Plurianual – PPA;
- A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
- A Lei Orçamentária Anual – LOA;
- E o planejamento anual da alimentação escolar municipal.

A previsão da contratação decorre da necessidade permanente de manutenção da alimentação escolar nas unidades de ensino da rede pública municipal, considerando o calendário letivo e a obrigatoriedade legal de fornecimento de merenda escolar adequada aos estudantes.

Além disso, a contratação possui previsão orçamentária específica vinculada às dotações destinadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme detalhamento constante no Termo de Referência e no Edital da Chamada Pública.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá observar integralmente as disposições estabelecidas na legislação aplicável ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, especialmente:

- Lei Federal nº 14.133/2021;
- Lei Federal nº 11.947/2009;
- Lei Federal nº 11.326/2006;
- Resolução FNDE/CD/FNDE nº 06/2020;
- Resolução FNDE nº 02/2024;
- Normas da ANVISA;
- Normas da Vigilância Sanitária;

- Normas de segurança alimentar e nutricional.

Os gêneros alimentícios deverão possuir características compatíveis com os padrões de qualidade exigidos pela Administração Pública, observando critérios relacionados à higiene, conservação, armazenamento, transporte e adequação nutricional.

Os produtos deverão ser fornecidos:

- Frescos;
- Íntegros;
- Livres de sujidades;
- Sem presença de parasitas;
- Sem deterioração;
- Em adequado estado de conservação;
- Respeitando o grau ideal de maturação;
- Devidamente acondicionados.

Os fornecedores deverão apresentar documentação comprobatória de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação sanitária e comprovação de enquadramento como Agricultura Familiar, mediante apresentação de DAP ou CAF válida.

Também deverão ser observadas as exigências sanitárias relacionadas ao transporte e acondicionamento dos alimentos, garantindo-se a manutenção da qualidade nutricional e sanitária até o momento da entrega nas unidades escolares.

A contratação exigirá ainda:

- Fornecimento parcelado;
- Cumprimento de cronograma de entregas;
- Capacidade logística;
- Regularidade de abastecimento;
- Substituição de produtos inadequados;
- Observância às especificações do Termo de Referência.

A Administração exigirá que os fornecedores atendam integralmente às normas sanitárias e de controle de qualidade, considerando tratar-se de produtos destinados ao consumo direto por estudantes da rede pública municipal.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em atendimento ao disposto no art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com a finalidade de identificar a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para atendimento da necessidade administrativa relacionada ao fornecimento de gêneros alimentícios destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, observando-se as peculiaridades do objeto, a legislação específica aplicável e a realidade socioeconômica do Município de Borba/AM.

Inicialmente, analisou-se a possibilidade de aquisição dos gêneros alimentícios por meio de fornecedores convencionais do mercado varejista e atacadista. Contudo, verificou-se que tal alternativa não atende integralmente às diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, especialmente quanto à obrigatoriedade legal de aquisição mínima de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar, prevista no art. 14 da Lei Federal nº 11.947/2009. Além disso, observou-se que a aquisição por intermédio de fornecedores convencionais reduz significativamente o fortalecimento da economia local, da produção rural regional e do incentivo às famílias agricultoras do município.

Também foi avaliada a possibilidade de utilização de procedimento licitatório convencional, por meio de pregão ou sistema de registro de preços. Entretanto, embora tal solução pudesse atender parcialmente à demanda administrativa, concluiu-se que ela não se mostra a mais adequada diante das especificidades do PNAE, considerando que o programa possui regulamentação própria e prioriza a aquisição direta da Agricultura Familiar, mediante Chamada Pública, como instrumento de promoção da alimentação saudável e do desenvolvimento sustentável.

Diante das análises realizadas, concluiu-se que a realização de Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural constitui a solução mais adequada, vantajosa e compatível com o interesse público, uma vez que atende integralmente às disposições da Lei nº 11.947/2009, da Resolução FNDE/CD/FNDE nº 06/2020, da Resolução FNDE nº 02/2024 e da Lei Federal nº 14.133/2021.

A solução escolhida proporciona importantes benefícios à Administração Pública e à coletividade, dentre os quais destacam-se o fortalecimento da agricultura familiar local, o incentivo à produção agrícola regional, a promoção do desenvolvimento econômico sustentável, a redução de intermediários comerciais, o fornecimento de alimentos frescos e regionais, a valorização dos hábitos alimentares locais e a melhoria da qualidade nutricional da alimentação escolar ofertada aos estudantes da rede pública municipal.

Verificou-se ainda a existência de agricultores familiares, produtores rurais e organizações aptas ao fornecimento dos gêneros alimentícios pretendidos, demonstrando a viabilidade mercadológica da contratação e a capacidade de atendimento da demanda da Administração Municipal.

Dessa forma, conclui-se que a Chamada Pública da Agricultura Familiar representa a alternativa mais eficiente, econômica, socialmente adequada e juridicamente compatível com os objetivos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, mostrando-se plenamente alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, desenvolvimento nacional sustentável e promoção do interesse público.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na realização de Chamada Pública para contratação de fornecedores da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, ou de suas organizações, visando o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar dos alunos matriculados na rede pública municipal de ensino do Município de Borba/AM, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

A contratação será executada em conformidade com as disposições estabelecidas na Lei Federal nº 11.947/2009, na Resolução FNDE/CD/FNDE nº 06/2020, na Resolução FNDE nº 02/2024 e na Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se integralmente os critérios nutricionais, sanitários, operacionais e administrativos aplicáveis à alimentação escolar.

A solução contempla o fornecimento contínuo, parcelado e planejado de gêneros alimentícios in natura e minimamente processados, priorizando alimentos frescos, saudáveis e adequados ao consumo escolar, respeitando-se os hábitos alimentares regionais, a sazonalidade da produção agrícola local e as diretrizes nutricionais do FNDE.

Os gêneros alimentícios objeto da contratação incluem hortaliças, frutas, verduras, legumes e polpa de fruta regional, conforme especificações constantes no Termo de Referência, dentre os quais destacam-se alface crespa, abóbora, abobrinha, banana maçã, banana prata, banana pacovã, cheiro verde, couve, macaxeira, maxixe, melancia, pepino, pimenta de cheiro e polpa de açaí, observando-se rigorosamente as respectivas unidades de medida estabelecidas pela Administração, sendo utilizados quilograma (KG) e maço (MAÇO), conforme especificações técnicas do Termo de Referência.

As entregas serão realizadas de forma parcelada, diretamente nas unidades escolares, creches e demais locais indicados pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, conforme cronograma previamente estabelecido pela Administração, observando-se as necessidades de consumo, armazenamento e distribuição da rede municipal de ensino.

Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de consumo, devidamente higienizados, acondicionados adequadamente e livres de sujidades, parasitas, deterioração, umidade excessiva ou quaisquer irregularidades que comprometam a qualidade nutricional e sanitária dos alimentos.

A solução prevê ainda acompanhamento técnico e nutricional da execução contratual, incluindo fiscalização das entregas, conferência quantitativa e qualitativa dos produtos, controle sanitário e monitoramento do cumprimento das obrigações contratuais pelos fornecedores.

Dessa forma, a solução apresentada mostra-se tecnicamente adequada, operacionalmente viável e compatível com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, assegurando o fornecimento regular da alimentação escolar e o atendimento das diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades foi elaborada com base em levantamento técnico realizado pela Secretaria Municipal de Educação, considerando o número de alunos matriculados na rede pública municipal de ensino, o planejamento nutricional elaborado pela equipe técnica responsável pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, a frequência das refeições ofertadas, o per capita nutricional adotado e o histórico de consumo da rede municipal.

Conforme dados constantes no Termo de Referência, o Município de Borba/AM atende atualmente aproximadamente 7.494 alunos da rede pública municipal de ensino, os quais recebem alimentação escolar

regularmente, observando-se o fornecimento médio de duas refeições semanais por estudante. Tal quantitativo resulta em aproximadamente 14.988 porções semanais destinadas à alimentação escolar.

A memória de cálculo utilizada pela equipe técnica adotou como parâmetro nutricional o consumo médio de 100g por aluno/refeição para os gêneros hortifrutigranjeiros e para a polpa de açaí, em conformidade com as diretrizes nutricionais do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e com o cardápio elaborado pela nutricionista responsável.

Com base nesses parâmetros, estimou-se consumo semanal aproximado de 1.498,8 kg de gêneros alimentícios, totalizando consumo mensal estimado de aproximadamente 5.995,2 kg, considerando-se período médio de quatro semanas letivas por mês.

As quantidades estimadas foram definidas observando-se critérios técnicos relacionados à demanda escolar, à necessidade nutricional dos estudantes, à regularidade do calendário letivo, à diversidade alimentar, à aceitabilidade dos alimentos pelos alunos e à necessidade de manutenção do equilíbrio nutricional das refeições ofertadas.

Importante destacar que os quantitativos estimados possuem caráter aproximado, podendo sofrer variações em razão de fatores relacionados à frequência escolar, sazonalidade dos alimentos, adequações nutricionais do cardápio, necessidade administrativa da Secretaria Municipal de Educação ou alterações no número de alunos atendidos pela rede pública municipal.

Dessa forma, os quantitativos previstos mostram-se suficientes e compatíveis com as necessidades da Administração Pública Municipal, garantindo o adequado fornecimento da alimentação escolar aos estudantes atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação será realizada mediante pesquisa de preços elaborada em conformidade com os critérios estabelecidos pela legislação aplicável ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, especialmente o art. 31 da Resolução FNDE/CD/FNDE nº 06/2020, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

A metodologia adotada para formação dos preços observará prioritariamente os valores praticados no mercado local e regional, considerando a realidade econômica do Município de Borba/AM, a sazonalidade da produção agrícola, os custos logísticos envolvidos no transporte dos produtos, a disponibilidade regional dos alimentos e os preços praticados no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

A pesquisa de preços será realizada junto a agricultores familiares, associações, cooperativas, produtores locais e demais fornecedores aptos ao atendimento da demanda administrativa, buscando-se assegurar que os valores estimados reflitam adequadamente a realidade mercadológica da Agricultura Familiar no contexto regional.

Também serão observadas as diretrizes estabelecidas pela Resolução FNDE nº 06/2020 quanto à vedação da utilização de preços extraídos exclusivamente de sítios governamentais, priorizando-se pesquisa direta junto aos produtores e fornecedores locais, de forma a assegurar maior compatibilidade entre os preços estimados e a realidade econômica da agricultura familiar.

A estimativa do valor da contratação deverá considerar ainda todos os custos necessários à execução contratual, incluindo despesas relacionadas à produção, acondicionamento, transporte, logística, armazenamento e entrega dos gêneros alimentícios nas unidades escolares indicadas pela Administração.

Dessa forma, a metodologia adotada para estimativa dos preços visa assegurar a compatibilidade dos valores com o mercado regional, a observância aos princípios da economicidade e da eficiência administrativa e a garantia de remuneração justa aos agricultores familiares participantes da Chamada Pública.

Borba/AM, 22 de abril de 2026

ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO

Órgão: Prefeitura Municipal de Borba/AM

Secretaria: Secretaria Municipal de Educação

Programa: Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

2. OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, ou de suas organizações, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para suprir as necessidades da rede pública municipal de ensino, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

3. JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir a oferta de alimentação escolar adequada e saudável aos alunos da rede municipal de ensino, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, instituído pela Lei nº 11.947/2009 e regulamentado pela Resolução FNDE nº 06/2020.

O fornecimento de gêneros alimentícios in natura, como frutas, verduras, legumes e polpas de frutas, é essencial para assegurar:

- A oferta de alimentação saudável e adequada;
- O respeito aos hábitos alimentares regionais;
- A promoção da segurança alimentar e nutricional;
- O desenvolvimento biopsicossocial dos alunos;
- A melhoria do rendimento escolar.

O Município atende atualmente uma média de **7.494 alunos matriculados**, os quais recebem alimentação escolar regularmente.

O planejamento alimentar elaborado pela equipe técnica de nutrição prevê a oferta de refeições **02 (duas) vezes por** semana, com a inclusão de frutas, hortaliças e polpa de açaí, respeitando a sazonalidade, diversidade alimentar e valor nutricional.

Dessa forma, a aquisição dos itens descritos é imprescindível para a execução do cardápio escolar e cumprimento das exigências do FNDE.

4. PÚBLICO ATENDIDO

Número de alunos: 7.494

Frequência: 2 refeições semanais

Total de porções semanais: 14.988 porções/semana

5. MEMÓRIA DE CÁLCULO (PADRÃO PNAE)

5.1 Per capita adotado

Hortifrutigranjeiros: 100g por aluno/refeição

Polpa de açaí: 100g por aluno/refeição

5.2 Consumo semanal

14.988 refeições \times 100g = 1.498,8 kg/semana

5.3 Consumo mensal (4 semanas)

5.995,2 kg/mês (~6 toneladas/mês)

6. ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS

Item	Especificação	Unid
1	ALFACE CRESPA - Verdura in natura, tipo alface, espécie crespa, fresca, com folhas íntegras, firmes, sem sinais de murcha, danos mecânicos, manchas ou presença de sujidades e parasitas. Cor verde característica, tamanho uniforme. Classificação: extra. Fornecida em maços de aproximadamente 350g, devidamente higienizada e acondicionada.	MAÇO
2	ABÓBORA - Legume in natura, de boa qualidade, madura, casca íntegra e firme, polpa consistente, sem sinais de deterioração, rachaduras, perfurações, cortes, mofo ou sujidades. Livre de parasitas e larvas. Deve apresentar grau de maturação adequado para consumo. Classificação: extra.	Kg
3	ABOBRINHA - Legume in natura, fresca, de boa qualidade, com casca lisa, firme e brilhante, sem danos mecânicos, rachaduras, perfurações ou sinais de deterioração. Polpa macia e uniforme, livre de sujidades, parasitas e larvas. Grau de maturação adequado para consumo. Classificação: extra.	Kg

4	BANANA MAÇÃ - Fruta in natura, espécie maçã, de primeira qualidade, em pencas, com casca íntegra, firme, sem rupturas ou amassados. Grau de maturação adequado para consumo, sem presença de fungos ou deterioração. Cor característica da variedade. Classificação: extra.	Kg
5	Banana Prata: Em Pencas, De Primeira Qualidade, Tamanho E Coloração Uniforme, Com Polpa Firme E Intacta, Devendo Ser Bem Desenvolvida, Sem Danos Físicos E Mecânicos Oriundos Do Manuseio E Transporte, Acondicionados Em Pencas Integras. Com Etiqueta De Identificação, Contendo As Seguintes Informações: Nome Do Fornecedor, Data De Manipulação Do Alimento, Data De Validade Do Alimento E Peso Que Contem A Embalagem.	Kg
6	Banana Pacovã Em Pencas, De Primeira Qualidade, Tamanho E Coloração Uniforme, Com Polpa Firme E Intacta, Devendo Ser Bem Desenvolvida, Sem Danos Físicos E Mecânicos Oriundos Do Manuseio E Transporte, Acondicionados Em Pencas Integras. Com Etiqueta De Identificação, Contendo As Seguintes Informações: Nome Do Fornecedor, Data De Manipulação Do Alimento, Data De Validade Do Alimento E Peso Que Contem A Embalagem.	Kg
7	Cheiro Verde Cheiro Verde Integra E Firme, Com Grau De Maturação Adequada. Isenta De Substâncias Terrosas, Sujidades Ou Corpos Estranhos. Acondicionadas Em Monoblocos De Pvc Frestados. Acondicionada Em Embalagem Transparente Atóxica (maço 150g)	MAÇO
8	COUVE - Verdura in natura, tipo couve folha, fresca, com folhas verdes, firmes, íntegras, sem sinais de murcha, manchas, furos ou presença de insetos. Livre de sujidades e parasitas. Classificação: extra. Fornecida em maços de aproximadamente 250g.	MAÇO

9	MACAXEIRA - Raiz in natura, descascada ou com casca, fresca, de boa qualidade, firme, sem sinais de fermentação, mofo, rachaduras ou deterioração. Polpa branca ou amarelada, uniforme, livre de fibras excessivas, sujidades e parasitas. Grau de maturação adequado para consumo. Classificação: extra.	Kg
10	MAXIXE - Legume in natura, de primeira qualidade, com casca verde, firme, íntegra, sem rachaduras, perfurações ou sinais de murcha. Livre de sujidades, parasitas e larvas. Grau de maturação adequado para consumo. Classificação: extra.	Kg
11	Melancia: Tamanho Uniforme, Sem Ferimentos Ou Defeitos, Livres De Terra Ou Corpos Estranhos, Com As Características Organolépticas Mantidas.	Kg
12	Pepino, de 1ª Primeira Qualidade, Tamanho Grande E Uniforme, Cabeça Fechada, Perfeito Estado De Desenvolvimento Do Aroma, Cor E Sabor Próprios Da Variedade E Espécie, Grau De Evolução E Tamanho Tal Que Lhe Permita Suportar A Manipulação, C/Ausência De Sujidades, Parasitas E Larvas Aderentes À Superfície Externa, Sem Ferimentos Ou Defeitos, Livre De Terra Ou Corpos Estranhos E Intactas. Acondicionada: Em Embalagem Plástica De Polipropileno, Atóxico, Transparente, Com Etiqueta De Identificação, Contendo As Seguintes Informações: Nome Do Fornecedor, Data De Manipulação Do Alimento, Data De Validade Do Alimento E Peso Que Contem A Embalagem	Kg
13	Pimenta Verde De Cheiro Sem Ardência, Tamanho Grande E Uniforme, Grau De Evolução E Tamanho Tal Que Lhe Permita Suportar A Manipulação, C/Ausência De Sujidades, Parasitas E Larvas Aderentes À Superfície Externa, Sem Ferimentos Ou Defeitos, Livre De Terra Ou Corpos Estranhos E Intactas. Acondicionada: Em Embalagem Plástica De Polipropileno, Atóxico, Transparente, Com Etiqueta De Identificação, Contendo As Seguintes Informações: Nome Do Fornecedor, Data De	Kg

	Manipulação Do Alimento, Data De Validade Do Alimento E Peso Que Contem A Embalagem	
14	AÇAÍ - Polpa de Fruta de Açaí - Congelada, preparada com frutas sãs, limpas e isentas de parasitos e detritos animais ou vegetais. Não deve conter fragmentos das partes não comestíveis da fruta, nem substâncias estranhas à sua composição normal. Deverá se apresentar acondicionada em embalagens transparentes com peso líquido de 01 Kg, com informações nutricionais de acesso ao consumidor. Proveniente de estabelecimento com Selo de Inspeção Sanitária e Selo da Agricultura Familiar.	KG

7. DIRETRIZES DO PNAE

A contratação deverá observar: Prioridade para alimentos **in natura e minimamente processados**; Respeito à **cultura alimentar local** (ex: açaí, macaxeira); Aquisição preferencial da **agricultura familiar**, conforme art. 14 da Lei nº 11.947/2009; Atendimento às normas da vigilância sanitária; Proibição de alimentos ultraprocessados em desacordo com o PNAE.

8. FORMA DE FORNECIMENTO

Entregas parceladas (semanais); Produtos frescos, íntegros e de primeira qualidade; Transporte adequado, garantindo conservação; Produtos deverão estar: Higienizados; embalados corretamente; com identificação quando necessário (principalmente polpas).

9. CONTROLE DE QUALIDADE

Os produtos serão avaliados no ato da entrega quanto a: Aparência, textura e odor; Grau de maturação; Presença de sujidades ou deterioração; Condições de transporte. Produtos fora do padrão serão recusados.

10. PRAZO DE EXECUÇÃO

Vigência: até 12 meses - Entregas conforme cronograma da Secretaria de Educação

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

TÍTULO: AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO – MERENDA ESCOLAR – (3.3.90.30.07 – MATERIAL DE CONSUMO).

020401 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

12.361.0065.2088.0000 - Manutenção do Programa com Alimentação Escolar - Fundamental.

3.3.90.30.07 - MATERIAL DE CONSUMO

F.R.: 1.500

12.361.0065.2089.0000 - Manutenção do Programa com Alimentação Escolar – Indígena.

3.3.90.30.07 - MATERIAL DE CONSUMO

F.R.: 1.500

12.361.0065.2021.0000 - Manutenção do Programa com Alimentação Escolar – Pré-Escola/Creche.

3.3.90.30.07 - MATERIAL DE CONSUMO

F.R.: 1.500

12.361.0064.2018.0000 - Manutenção do Programa com Alimentação Escolar – EJA.

3.3.90.30.07 - MATERIAL DE CONSUMO

F.R.: 1.500

12.367.0065.2090.0000 - Manutenção do Programa com Alimentação Escolar – AEE.

3.3.90.30.07 - MATERIAL DE CONSUMO

F.R.: 1.500

12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item.

13. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei nº 14.133/2021

Lei nº 11.947/2009

Resolução FNDE nº 06/2020

14. AQUISIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR (OBRIGATÓRIO – PNAE)

Em atendimento ao art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e à Resolução FNDE nº 06/2020, deverá ser garantida a aplicação mínima de: 30% (trinta por cento) dos recursos repassados pelo FNDE na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural.

14.1 Diretrizes

Priorizar fornecedores locais e regionais;

Respeitar a sazonalidade dos alimentos;

Incentivar a economia local;

Garantir alimentos mais frescos e de melhor qualidade nutricional.

14.2 Forma de aquisição

A aquisição poderá ser realizada por meio de: **Chamada Pública**, conforme legislação do PNAE; Dispensa de licitação, nos termos da legislação específica; Fornecedores devidamente habilitados com: DAP ou CAF;

Documentação sanitária; Declaração de aptidão à agricultura familiar.

15. PLANILHA DE COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL

Abaixo modelo padrão com base na Tabela Brasileira de Composição de Alimentos (TACO):

Per capita adotado: 100g por aluno/refeição

Item	Alimento	Energia (kcal)	Carboidratos (g)	Proteínas (g)	Fibras (g)
1	Alface	15 kcal	2,5 g	1,3 g	1,5 g
2	Abóbora	48 kcal	12 g	1,4 g	2,3 g
3	Abobrinha	19 kcal	4 g	1,2 g	1,1 g
4	Banana maçã	87 kcal	23 g	1,1 g	2,6 g
5	Banana prata	92 kcal	24 g	1,3 g	2,0 g
6	Banana pacovã	98 kcal	26 g	1,5 g	2,2 g
7	Cheiro verde	36 kcal	6 g	3 g	3 g
8	Couve	27 kcal	4,3 g	2,9 g	3,1 g
9	Macaxeira	125 kcal	30 g	1 g	1,8 g
10	Maxixe	14 kcal	3 g	1 g	1,2 g
11	Melancia	30 kcal	8 g	0,6 g	0,4 g
12	Pepino	15 kcal	3,6 g	0,7 g	0,5 g
13	Pimenta de cheiro	20 kcal	4 g	1 g	1,5 g
14	Açaí (polpa)	58 kcal	6 g	1 g	2,6 g

16.1 VALOR NUTRICIONAL MÉDIO DA REFEIÇÃO

Considerando a composição média do cardápio:

Energia média por refeição: ~80 a 150 kcal

Fonte principal: carboidratos naturais + fibras

Benefícios: Alto teor de fibras (melhora digestão)

Vitaminas (A, C, complexo B)

Minerais (potássio, ferro, cálcio)

Antioxidantes (especialmente do açaí)

16.2 ADEQUAÇÃO AO PNAE

A composição nutricional atende às diretrizes do FNDE:

- ✓ Oferta de alimentos in natura
- ✓ Redução de ultraprocessados
- ✓ Diversidade alimentar
- ✓ Incentivo à alimentação saudável
- ✓ Compatibilidade com hábitos regionais (açaí, macaxeira)

17. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NUTRICIONISTA RESPONSÁVEL PELOS QUANTITATIVOS			
NOME	DECRETO	CARGO	ASSINATURA
EMMILY CAMILA DE GOÉS LOPES	Nº 037/SEMASP SEMED/PMB	NUTRICIONISTA CRN Nº 7285	<i>Emmily Camila de Góes Lopes</i>

18. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão da agricultura familiar e o controle nutricional reforçam o compromisso do Município com:

- A segurança alimentar dos alunos;
- O desenvolvimento sustentável local;
- O cumprimento integral das normas do FNDE.

NUTRICIONISTA RESPONSÁVEL PELOS QUANTITATIVOS			
NOME	DECRETO	CARGO	ASSINATURA
EMMILY CAMILA DE GOÉS LOPES	Nº 037/SEMASP SEMED/PMB	NUTRICIONISTA CRN Nº 7285	<i>Emmily Camila de Góes Lopes</i>

Aprovador por:

ORDENADOR DE DESPESAS			
NOME	DECRETO	CARGO	ASSINATURA
PAULO ANTÔNIO DE PAULA DA CRUZ	Nº 0005/2025	SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO	<i>Paulo Antonio de P. da C.</i>

COORDENAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			
NOME	DECRETO	CARGO	ASSINATURA
ALEX CORREA	Nº 0025/SEMAP SEMED/PMB	COORDENADOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	<i>Alex Correa de Almeida</i>

Borba/AM, 24 de abril de 2026

ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO DE LIMITE DE DAP/CAF

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____, e da **DAP/CAF** nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, agricultor(a) familiar, declaro, para os devidos fins, que:

Atendo ao limite individual de venda de gêneros alimentícios estabelecido pela legislação vigente, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, no valor máximo de **R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por ano civil**, por unidade familiar, conforme regulamentação aplicável.

Declaro ainda que:

- Os produtos a serem fornecidos são oriundos da minha própria produção ou de minha unidade familiar;
- Não ultrapassei, nem ultrapassarei, o limite legal estabelecido para comercialização com entes públicos no exercício vigente;
- Tenho ciência de que a prestação de informações falsas implicará nas penalidades previstas em lei.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Local e data: _____

Assinatura do(a) Agricultor(a) Familiar

ANEXO III
MINUTA DO CONTRATO

CHAMADA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR 01/2026

MINUTA DO CONTRATO Nº XXX - 2026, QUE CELEBRAM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE Borba/AM E XXXXXXXXX

O Município de Borba/AM /Secretaria Municipal de Educação de Borba/AM, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Altino Arantes, nº 464 – Centro, Borba/AM, inscrita no CNPJ sob n. 44.563.575/0001-98, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor RAIMUNDO SANTANA DE FREITAS doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado ROBSON DA SILVA LIMA, situado à Endereço: Rua T Cinco, Sn, Bairro São Jose – Borba/Am – CEP: 69.200-000 , inscrita no CPF sob n.º 820.452.322-04, DAP/CAF FÍSICA Nº AM122024.01.002431639CAF tendo como representante legal o Sr. ROBSON DA SILVA LIMA, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 14.133/21, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2026, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. É objeto desta contratação a aquisição parcelada e contínua de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com as quantidades e especificações seguintes:

ITEM	GÊNERO ALIMENTÍCIO	UNIDADE	ANUAL	VL. UNT	VL. TOTAL
1					
2					
3					
4					
10					

VALOR TOTAL DOS ITENS	R\$
------------------------------	------------

1.2. O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP/CAF por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

1.3. As quantidades de gêneros alimentícios por entrega são previsões, de acordo com o histórico de consumo das escolas, respeitando o Calendário Escolar 2026. Desta forma, essas quantidades poderão ser alteradas, conforme necessidade das escolas.

1.4. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

1.5. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.5.1. O Termo de Referência;

1.5.2. O Edital da Chamada Pública;

1.5.3. A Proposta do Contratado;

1.5.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ **R\$ XXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

3.4. Se o fornecedor propor entregar produtos orgânicos ou agroecológicos, o preço será o determinado pela administração na tabela de preços dos itens, não lhe sendo devido nenhum acréscimo ao valor.

3.5. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega do objeto ora licitado e apresentação da respectiva nota fiscal.

3.6. O Município de Borba/AM deduzirá quaisquer valores faturados indevidamente.

3.7. Para os casos de rejeição dos produtos, será prorrogado automaticamente o atestado de recebimento proporcionalmente ao prazo de reposição, o que, consequentemente, provocará a prorrogação do pagamento da respectiva nota fiscal/fatura, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

3.8. Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

3.9. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE) de correção monetária.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

TÍTULO: AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO – MERENDA ESCOLAR –
(3.3.90.30.07 – MATERIAL DE CONSUMO). 020401 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

12.361.0065.2088.0000 - Manutenção do Programa com Alimentação Escolar - Fundamental.

3.3.90.30.07 - MATERIAL DE CONSUMO

F.R.: 1.500

12.361.0065.2089.0000 - Manutenção do Programa com Alimentação Escolar – Indígena.

3.3.90.30.07 - MATERIAL DE CONSUMO

F.R.: 1.500

12.361.0065.2021.0000 - Manutenção do Programa com Alimentação Escolar – Pré-Escola/Creche.

3.3.90.30.07 - MATERIAL DE CONSUMO

F.R.: 1.500

12.361.0064.2018.0000 - Manutenção do Programa com Alimentação Escolar – EJA.

3.3.90.30.07 - MATERIAL DE CONSUMO

F.R.: 1.500

12.367.0065.2090.0000 - Manutenção do Programa com Alimentação Escolar – AEE.

3.3.90.30.07 - MATERIAL DE CONSUMO

F.R.: 1.500

5. CLÁUSULA QUINTA – DO LIMITE DE VENDA

5.1. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP ou CAF Familiar/Ano/Entidade Executora, e obedecerá às seguintes regras:

I- Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP ou CAF Familiar/Ano/E.Ex.

II- Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares, munidos de DAP ou CAF Familiar, inscritos na DAP jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contados a partir da data limite para apresentação das propostas.

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do índice INPC (Índices Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. O reajuste será precedido de solicitação do contratado.

6.4. A concessão do reajuste de preços dos contratos deverá ser autorizada pelo gestor da Unidade Demandante.

6.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.6. Quando o termo inicial do interregno de 12 (doze) meses coincidir com o primeiro dia do mês ou no caso de indisponibilidade do índice de reajuste pactuado, será aplicada a metodologia de recuo de mês e os reajustes subsequentes ocorrerão nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

6.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.10. O reajuste será realizado por termo aditivo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.5. Comunicar ao contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.8.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.11. É obrigação do contratante receber produtos alimentícios de qualidade e na quantidade solicitada, e em caso de irregularidades os produtos serão devolvidos ao fornecedor. A notificação ao fornecedor deve ser feita no ato da devolução. A contratante deverá realizar os procedimentos de conferência em todos os produtos e indicar no Termo de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar e entregar ao fornecedor.

8.12. O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no §7º do artigo 57 da Resolução 6/2020 do FNDE que dispõe sobre o PNAE as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

8.13. É obrigação do contratante fornecer semanalmente os dados referentes às quantidades a serem entregues pelos fornecedores nas semanas seguintes, de modo a solicitar a quantidade necessária para atender aos estudantes;

8.14. É obrigação do contratante fornecer informações, com antecedência, aos fornecedores sobre a redução ou não recebimento de alguma mercadoria nos dias que não houverem atividades nas escolas, por exemplo, férias escolares, feriados prolongados, viagens, eventos, etc;

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.9. Cumprir integralmente, no que couber, as legislações atinentes ao ramo de atividade por ela desenvolvida, todas as normas, métodos e especificações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária);
- 9.10. É obrigação do contratado atender aos requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas, conforme sua produção/atividade;
- 9.11. É obrigação do contratado fornecer os gêneros alimentícios em embalagem e quantidades adequados conforme solicitado pelo Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação;
- 9.12. É obrigação do contratado guardar por um período de cinco (05) anos os Termos de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar e contrato a fim de certificar posteriores informações;
- 9.13. Se ocorrer alterações sensoriais com os gêneros alimentícios armazenados e dentro do prazo de validade, em doce de frutas, aipim, os fornecedores serão comunicados e deverá ser providenciado a substituição dos itens.
- 9.14. Quando houver gêneros alimentícios devolvidos, substituídos ou trocados, os custos de correções do fornecimento correrão exclusivamente às expensas da contratada.
- 9.15. Substituir os materiais entregues com eventuais defeitos, no prazo máximo de 01 (um) dia, a contar da data de recebimento da notificação dos produtos exigidos neste Termo de Referência.
- 9.16. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 9.17. O objeto deve estar acondicionado em embalagens adequadas.
- 9.18. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 9.19. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.20. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As Partes declaram estar cientes do inteiro teor da Lei n.º 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados” ou “LGPD”) e obrigam-se a observar e respeitar o dever de proteção de Dados Pessoais, inclusive nos meios digitais, no que diz respeito ao adequado Tratamento de tais dados, devendo ainda, se comprometer a cumprir todas as condições e obrigações dispostas na referida LGPD e demais leis aplicáveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3. Multa:

11.3.1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.3.2. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto e demais transgressões previstas no subitem 12.1.

11.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022, ou outra que vier a substituí-la.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, Lei n.º 11.947, de 2009, Resolução n.º 06/2020 FNDE e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se disserem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.2.1. Os acréscimos e supressões serão formalizados por meio de termo aditivo, na forma do art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.3. Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Borba/AM para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/21.

Borba/AM, XXXXX de XXXX de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORBA

Raimundo Santana De Freitas
Contratante

XXXXXXXXXX

CPF sob n.º XXXXXXXXXXXX
DCAF N.º AMXXXXXXXX.0X.XXXXXXXXXXCAF

TESTEMUNHAS:

CPF

CPF

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____, detentor(a) da DAP/CAF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, agricultor(a) familiar, declaro, para os devidos fins, que:

Os gêneros alimentícios a serem fornecidos no âmbito da chamada pública / processo licitatório nº _____/_____, são de **produção própria**, oriundos da minha unidade familiar de produção rural.

Declaro ainda que:

- Os produtos ofertados foram produzidos em minha propriedade ou em área sob minha responsabilidade;
- A produção atende às exigências sanitárias e de qualidade estabelecidas pela legislação vigente;
- Estou ciente de que a prestação de informações inverídicas sujeitará às penalidades previstas em lei.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Local e data: _____

Assinatura do(a) Agricultor(a) Familiar

ANEXO V
DECLARAÇÃO NORMAS HIGIÊNICO-SANITÁRIOS PREVISTOS EM
NORMATIVAS ESPECÍFICAS

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____, detentor(a) da DAP/CAF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, agricultor(a) familiar, declaro, para os devidos fins, que:

Os gêneros alimentícios a serem fornecidos no âmbito da chamada pública / processo nº /_ atendem às **normas higiênico-sanitárias previstas em legislações e normativas específicas vigentes**, garantindo condições adequadas de produção, manipulação, armazenamento e transporte dos produtos.

Declaro ainda que:

- Os produtos são manipulados de acordo com as boas práticas de higiene e segurança alimentar;
- São adotadas medidas que asseguram a qualidade e a inocuidade dos alimentos;
- Atendo às exigências dos órgãos de vigilância sanitária competentes;
- Estou ciente de que o descumprimento das normas poderá acarretar sanções legais e administrativas.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Local e data: _____

Assinatura do(a) Agricultor(a) Familiar

ANEXO VI
PROJETO DE VENDA/ PROPOSTA DE PREÇO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

Chamada Pública nº: /_

Órgão/Entidade Executora: _____

Município/UF: _____

1. IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

() Individual

Nome: _____

CPF: _____

DAP/CAF nº: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

() Grupo Informal

Nome do Grupo: _____

Representante: _____

CPF: _____

DAP/CAF nº: _____

Endereço: _____

() Grupo Formal (Associação/Cooperativa)

Razão Social: _____

CNPJ: _____

DAP Jurídica/CAF: _____

Endereço: _____

Representante Legal: _____

CPF: _____

2. RELAÇÃO DE PRODUTOS (PROPOSTA DE PREÇOS)

Nº	Produto	Unidade	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01					
02					
03					
04					

05					
----	--	--	--	--	--

Valor Total da Proposta: R\$ _____

3. DECLARAÇÕES

Declaro que:

Os gêneros alimentícios ofertados são de produção própria (ou dos associados/cooperados);

Os preços propostos incluem todos os custos necessários ao fornecimento (transporte, embalagem, encargos, etc.);

Os produtos atendem às normas higiênico-sanitárias vigentes;

Estou ciente e de acordo com as condições estabelecidas na Chamada Pública.

4. CRONOGRAMA DE ENTREGA (SE APLICÁVEL)

Descrever periodicidade de entrega (ex: semanal, quinzenal):

Local de entrega: _____

5. ASSINATURA

Local e data: _____

Assinatura do Fornecedor / Representante Legal